



1. APRESENTAÇÃO

O **Centro de Apoio Operacional de Educação** tem como papel essencial prestar apoio técnico às(aos) Procuradoras(es) e Promotoras(es) de Justiça, bem como às(aos) servidoras(es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

O **CAO Educação** produziu o presente boletim informativo abordando principalmente notícias, ações ministeriais, informações e normativas aprovadas na área da educação em decorrência das medidas de controle e combate à pandemia da COVID-19 (Coronavírus).

2. AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

MPMT debate mensalidades escolares em audiência pública

O promotor de Justiça Miguel Slhessarenko Júnior, do Núcleo de Defesa da Cidadania de Cuiabá e coordenador do Centro de Apoio Operacional (CAO) da Educação do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), participou da audiência pública “Mensalidades escolares em tempos de pandemia”. O debate promovido pelo Conselho Estadual de Defesa do Consumidor (Condecon-MT) foi transmitido ao vivo pelo canal Setasc Comunica no YouTube.

[Continue lendo AQUI.](#)

Promotor de Justiça destaca atuação do MPMT em live promovida pelo TCE

Alimentação escolar, aulas remotas, suporte aos professores e protocolo de segurança sanitária para o retorno das atividades presenciais foram alguns dos assuntos abordados na live “A educação não pode esperar”, promovida pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), por meio da Escola Superior de Contas, com a participação do promotor de Justiça Miguel Slhessarenko Júnior. [Continue lendo AQUI.](#)

MT participa de reunião da Comissão Permanente de Educação

O promotor de Justiça Miguel Slhessarenko Júnior, do Núcleo de Defesa da Cidadania de Cuiabá e coordenador do Centro de Apoio Operacional (CAO) da Educação do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), participou da reunião da Comissão Permanente de Educação (Copeduc) que integra o Grupo Nacional de Direitos Humanos, órgão do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJG). [Continue lendo AQUI.](#)

TJ mantém liminar favorável a atendimento educacional especializado

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso manteve decisão liminar favorável ao Ministério Público Estadual (MPMT) que impõe ao Estado a obrigação de disponibilizar profissionais especializados para acompanhamento de dois alunos com deficiência, matriculados na Escola Estadual Boa Esperança, no município de Mirassol D'Oeste (a 300km de Cuiabá). A decisão é



da Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, que por unanimidade negou provimento ao recurso de agravo de instrumento interposto pelo Estado, requerendo a suspensão da decisão em primeiro grau. [Continue lendo AQUI.](#)

3. AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE OUTROS ESTADOS

Proeduc faz pesquisa sobre a preparação para o retorno às atividades presenciais nas escolas

A Promotoria de Justiça de Defesa da Educação (Proeduc) elaborou questionário eletrônico para verificar como está a implementação obrigatória dos protocolos e medidas de segurança sanitária para o retorno das atividades educacionais presenciais da educação básica no Distrito Federal. O formulário foi remetido ao Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinepe) e à Secretaria de Educação para ser encaminhado a todas as instituições da rede privada de ensino. [Continue lendo AQUI.](#)

MP-GO requer volta da distribuição de merenda pela prefeitura de Valparaíso

O Ministério Público de Goiás (MP-GO), por intermédio da 6ª Promotoria de Justiça de Valparaíso de Goiás, ajuizou ação civil pública (ACP), com obrigação de fazer e tutela de urgência, para que a prefeitura entregue gêneros alimentícios às famílias dos estudantes da rede municipal de ensino até o retorno das aulas. [Continue lendo AQUI.](#)

Caopije disponibiliza informações sobre a educação pública e a Covid nos 139 municípios

Com a finalidade oferecer subsídios às promotorias de Justiça com atuação na área de infância e juventude neste período de pandemia de Covid-19, o Centro Operacional de Apoio às Promotorias da Infância, Juventude e Educação (Caopije) compilou e disponibilizou uma série de dados relativos à educação pública nos 139 municípios do Estado. [Continue lendo AQUI.](#)

MPTO cobra plano de ação para retomada das aulas presenciais anunciada para agosto pela Seduc

O Ministério Público do Tocantins (MPTO), por meio do Centro de Apoio Operacional de Apoio às Promotorias de Justiça da Infância, Juventude e Educação (Caojipe), expediu ofícios à Secretaria Estadual Educação (Seduc) requerendo que seja remetido o Plano de Ação para retomada das aulas presenciais, e ao Conselho Estadual de Educação (CEE) para que este se manifeste formalmente sobre o retorno das atividades. As aulas no formato de revezamento estão previstas para começar a partir de 03 de agosto. [Continue lendo AQUI.](#)

Em ato conjunto, MPRO, TCE e MPC pedem mais transparência ativa por parte do Estado e dos municípios em ações voltadas à área educacional

O Ministério Público Estadual (MP-RO), o Tribunal de Contas de Rondônia (TCE-RO) e o Ministério Público de Contas (MPC-RO) e celebraram ato recomendatório conjunto voltado



aos gestores das áreas de educação do Estado e dos municípios, cujo foco principal é a transparência ativa em relação às ações adotadas nessa área durante e após o período de suspensão das atividades escolares presenciais e quanto à sua retomada gradual nas unidades escolares. [Continue lendo AQUI.](#)

MPTO acompanhará o plano de retomada das aulas por meio virtual na rede pública de ensino

O Ministério Público do Tocantins (MPTO), a Secretaria Estadual de Educação (Seduc) e o Conselho Estadual de Educação estiveram reunidos, por teleconferência, para discutir os impactos da pandemia e possíveis medidas de enfrentamento e prevenção no âmbito educacional em todo o Estado. Um grupo de trabalho foi criado para delinear um sistema de informatização e encontrar soluções para os problemas do ensino público decorrentes da Covid-19. [Continue lendo AQUI.](#)

MPRJ reúne-se com representantes da Seeduc e reforça necessidade de planejamento da retomada das atividades presenciais nas escolas estaduais

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio do Grupo de Atuação Especializada em Educação (GAEDUC/MPRJ), participou de reunião com representantes da Secretaria Estadual de Educação (Seeduc), para tratar do planejamento da retomada das aulas presenciais na rede, quando for possível. A atuação do parquet fluminense, em especial pelo citado grupo, tem como objetivo induzir o planejamento da política pública nesta fase de pandemia de Covid-19, bem como garantir a maior transparência possível das medidas para a população, garantindo a previsibilidade e a segurança jurídica para as famílias e toda a comunidade escolar. [Continue lendo AQUI.](#)

Webinar explica por que é preciso repactuar contratos entre escolas particulares e pais devido à pandemia

Evento on-line transmitido pelo MPSC no YouTube abordou o impacto da pandemia sobre as relações de consumo nos contratos dos serviços de educação e por que o Ministério Público e a Defensoria Pública buscam descontos nas mensalidades que garantam os direitos do consumidor e, ao mesmo tempo, viabilizem às escolas a manutenção de seus negócios e dos empregos, por meio de acordos, recomendações e ações civis públicas. [Continue lendo AQUI.](#)

MPCE recomenda que Universidade adote providências para retomada imediata das aulas remotas

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio da 10ª Promotoria de Justiça de Sobral, recomendou que a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) adote todas as providências necessárias para a retomada imediata das aulas remotas, em especial, para alunos dos cursos de graduação. [Continue lendo AQUI.](#)



Nota pública do CAOPIJE sobre parecer 11/2020 do Conselho Nacional de Educação

A garantia do direito à educação está prevista na Constituição Federal sendo “direito de todos e dever do Estado e da família a ser promovida e incentivada visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art. 205)”. Dentro desse contexto e visando cumprir suas missões institucionais – defender a ordem jurídica e promover os direitos fundamentais dos cidadãos – o Ministério Público do Estado do Ceará, através do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e da Educação (Caopije), vem por meio desta manifestar-se em relação ao parecer Nº11/2020 do Conselho Nacional de Educação no Processo Nº 23001.000334/2020-21 que traz orientações educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da Pandemia. [Continue lendo AQUI.](#)

4. NOTÍCIAS DO MPF

MPF solicita à Justiça que determine ao estado do Piauí a utilização dos recursos do precatório Fundef exclusivamente na educação básica

O Ministério Público Federal (MPF) reiterou à Justiça Federal o pedido para que o estado do Piauí aplique os recursos do precatório do Fundef de mais de R\$ 1,6 bilhão, pagos pela União, em junho deste ano, apenas em projetos, ações ou programas considerados como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica, como previsto na Lei nº 11.494/2007 e na Lei 9.394/96. [Continue lendo AQUI.](#)

Fundef: ação de execução da sentença que determina repasse de valores a estados e municípios deve ser coletiva e conduzida pelo MPF

O procurador-geral da República, Augusto Aras, enviou ao Supremo Tribunal Federal pareceres nos quais defende a execução coletiva da sentença que determinou a complementação dos valores Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério (Fundef) repassados a menor a estados e municípios pela União. Segundo ele, a decisão que determinou os repasses é válida, mas sua execução deve ser feita de forma coletiva, em ação ajuizada pelo MPF. Isso assegura o interesse público e a destinação correta da verba, que deve ser empregada somente na educação, e não no pagamento de honorários advocatícios. [Continue lendo AQUI.](#)

CNE acata recomendação do MPF e exclui item de parecer que provocava discriminação contra alunos com deficiência em retorno às aulas

O Conselho Nacional de Educação acolheu a recomendação do Ministério Público Federal (MPF) a respeito do Parecer do órgão (11/2020) que definiu orientações sobre alunos com deficiência, no que se refere ao retorno presencial às escolas. O MPF havia alertado que o documento - da forma como estava escrito - equiparava deficiência à comorbidade, excluindo alunos com limitações nas atividades de retomada às aulas



presenciais. A entidade solicitou ao Ministério da Educação a supressão imediata do item que tratou sobre o assunto no dispositivo (item 8 e seus subitens). [Continue lendo AQUI.](#)

5. NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Restabelecida decisão que impede Procon-RJ de multar escola por não conceder desconto durante pandemia

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, deferiu liminar em favor dos estabelecimentos de ensino e suspendeu decisão da Justiça Estadual que havia determinado o sobrestamento de todos os processos que discutem o desconto de 30% nas mensalidades escolares em razão da pandemia da Covid-19 no estado. [Continue lendo AQUI.](#)

Confenem questiona lei de Juiz de Fora (MG) que prevê redução de mensalidades escolares

Mais uma lei que permite a redução de mensalidades escolares foi questionada pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenem) no Supremo Tribunal Federal (STF). Desta vez, por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 720, a entidade contesta a constitucionalidade da Lei municipal 14.043/2020, de Juiz de Fora (MG), que prevê a redução proporcional das mensalidades dos estabelecimentos de ensino da rede privada durante o período de suspensão das aulas pelo plano municipal de contingência em razão do novo coronavírus. [Continue lendo AQUI.](#)

Norma de Goiás que permite a governador criar gratificação para professores é inconstitucional

Por maioria de votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucionais dois dispositivos da Lei estadual 13.909/2001 de Goiás que dispõem sobre o estatuto e o plano de cargos e vencimentos do pessoal do magistério e permitem a instituição de gratificação por desempenho a professores da rede pública. A decisão, entretanto, impede a redução de vencimentos. [Continue lendo AQUI.](#)

6. NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL

Internautas apoiam garantia de acesso gratuito a aplicações de ensino a distância

Uma pesquisa de opinião do Instituto DataSenado aponta que 87% dos internautas concordam com a gratuidade de acesso à internet para alunos da rede pública de ensino, prevista em projeto do senador Dário Berger (MDB-SC), presidente da Comissão de Educação (CE). O PL 2.775/2020 foi apresentado com objetivo de facilitar aos estudantes de escola pública o acesso à educação em meio à pandemia. [Continue lendo AQUI.](#)

Aprovada MP que desobriga escolas a cumprir a quantidade de dias letivos em 2020

Em sessão remota, o Senado aprovou o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 22/2020, que desobriga escolas e universidades de cumprir a quantidade mínima de dias letivos em 2020

BOLETIM INFORMATIVO✉ cao.educacao@mpmt.mp.br

devido à pandemia da Covid-19. Aprovada com 73 votos, a matéria será encaminhada à sanção presidencial. [Continue lendo AQUI.](#)

Projeto prevê descontos em mensalidades escolares durante pandemia de covid-19

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) apresentou um projeto de lei, o PL 3.882/2020, que prevê a revisão dos contratos para prestação de serviços educacionais durante a vigência do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de coronavírus. O projeto estabelece que as instituições de ensino deverão conceder descontos nas mensalidades — caso haja viabilidade econômico-financeira para isso — enquanto houver a suspensão das aulas presenciais. [Continue lendo AQUI.](#)

Frentes debatem papel da educação na pandemia e prioridades do setor

Cinco frentes parlamentares da Câmara dos Deputados relacionadas à educação promovem reunião virtual hoje para debater a agenda de prioridades do setor para o segundo semestre e o papel da educação na pandemia. [Continue lendo AQUI.](#)

Projeto obriga União a oferecer apostilas virtuais à rede pública de ensino

O Projeto de Lei 2919/20 obriga a União a oferecer gratuitamente na internet o Caderno Apostilado – material didático para professores e alunos com conteúdo semelhante ao utilizado por grandes redes privadas de ensino. [Continue lendo AQUI.](#)

Projeto obriga escolas a ofertar água potável em recipientes individuais para alunos

O Projeto de Lei 3847/20 obriga as escolas públicas e privadas que retomarem suas atividades durante a pandemia de Covid-19 a fornecer água potável em recipientes individualizados para os alunos e a disponibilizar lavatórios com água corrente e sabão para higiene das mãos. [Continue lendo AQUI.](#)

Projeto cria piso salarial para secretários de escolas da educação básica

O Projeto de Lei 3817/20 institui piso salarial de R\$ 1.731,74 mensais para os secretários escolares da educação básica, possuidores de certificado de formação técnica em nível médio na função. [Continue lendo AQUI.](#)

Projeto inclui trabalhadores de escolas públicas entre os com prioridade na testagem de Covid-19

O Projeto de Lei 3901/20 inclui os profissionais que trabalham em estabelecimentos públicos de educação entre os que devem ter prioridade na testagem de Covid-19. [Continue lendo AQUI.](#)

Projeto suspende financiamentos de vans escolares durante pandemia

O Projeto de Lei 3666/20 suspende temporariamente, enquanto durar o estado de calamidade em razão da pandemia de Covid-19, o pagamento de prestações de financiamento de veículos utilizados no transporte escolar. [Continue lendo AQUI.](#)



Proposta garante computador para estudante de escola pública

O Projeto de Lei 3699/20 garante um computador para uso educacional para cada estudante dos ensinos fundamental e médio da rede pública e de escolas para pessoas com deficiência. O benefício vale para alunos até 18 anos de famílias que receberam o auxílio emergencial de R\$ 600, criado pela Lei 13.982/20. [Continue lendo AQUI.](#)

Conheça a proposta que amplia os recursos da educação básica

Proposta de emenda à Constituição (PEC 15/15) vai destinar mais dinheiro do governo federal ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Esses recursos vão aumentar gradativamente nos próximos anos para até 20% do total em 2026. Hoje, o governo federal é responsável por 10% dos recursos. [Continue lendo AQUI.](#)

Projeto cria auxílio inclusão digital de R\$ 70 para alunos da escola pública

O Projeto de Lei 3815/20 cria o auxílio inclusão digital, no valor de R\$ 70, para estudantes matriculados na rede pública de educação básica. O objetivo é custear o acesso a conteúdos educacionais disponibilizados na internet. [Continue lendo AQUI.](#)

7. OUTRAS NOTÍCIAS

CNPG emite Nota Técnica defendendo que o Congresso Nacional vote pela manutenção do Fundeb

O Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG), emitiu no dia 16/07 a Nota Técnica 15/2020, que defende a manutenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Criado em 2007 como temporário, o Fundo, composto por impostos estaduais, municipais e federais, que são destinados para que estados e municípios invistam na educação infantil e no ensino médio, tem vigência prevista até o final deste ano e, a partir desta terça-feira (21/07), o Congresso Nacional discute a sua renovação por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). [Continue lendo AQUI.](#)

A educação não pode esperar: live conta com participação de 11 estados e 44 municípios de MT

Com a participação de 11 estados brasileiros e 44 municípios de Mato Grosso, num total superior a 1,5 mil visualizações entre YouTube e Facebook, a Escola Superior de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) promoveu, o segundo debate ao vivo sobre Educação. Em meio à pandemia do novo coronavírus (Covid-19), o tema escolhido para a live foi “A educação não pode esperar”. [Continue lendo AQUI.](#)

TCs se mobilizam pela aprovação do novo Fundeb

Os Tribunais de Contas (TCs) brasileiros, por meio do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) e de suas entidades associativas, estão mobilizados em apoio a aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) que trata do Fundo Nacional



de Desenvolvimento da Educação Básica, o novo Fundeb. A PEC foi aprovada na Câmara dos Deputados e, se o texto for aprovado no Senado, tornará o Fundeb permanente e promoverá mudanças significativas no financiamento e na distribuição de recursos para a educação pública básica do país. [Continue lendo AQUI.](#)

TCE-MT mapeia ações das redes públicas de ensino durante pandemia

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) realizou estudo com o objetivo de mapear as ações adotadas pelas redes públicas de ensino estadual e municipais durante a suspensão das aulas presenciais em virtude da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). [Continue lendo AQUI.](#)

8. NOVIDADES LEGISLATIVAS

[**PORTARIA Nº 1.857, DE 28 DE JULHO DE 2020**](#) - Dispõe sobre a transferência de incentivos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal para combate à Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus/Covid-19, considerando as escolas públicas da rede básica de ensino.

BOLETIM INFORMATIVO DO CAO EDUCAÇÃO

Equipe:

Miguel Silhessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO Educação

Camila Alessandra Pinheiro Salles Takase – Assistente Ministerial

Juliana Aiko Yoshimura de Vasconcellos – Auxiliar Ministerial